

Dilvan Luiz Ferrari, Ricardo Abramovay,
Milton Luiz Silvestro, Márcio Antonio de Mello,
Vilson Marcos Testa

Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?

Introdução

A saída de jovens filhos de agricultores familiares do meio rural em direção às cidades vem se intensificando nos últimos anos. Mais do que constatar essa tendência, procurar entender as razões desse processo é um desafio para estudiosos do mundo inteiro. Mesmo aqueles jovens que desejam seguir a profissão dos pais encontram dificuldades no meio rural, que limitam suas escolhas, impelindo-os a buscar alternativas profissionais fora do meio rural e da agricultura.

Dilvan Luiz Ferrari (dilvanf@epagri.rtc-sc.br), Milton Luiz Silvestro, Márcio Antonio de Mello e Vilson Marcos Testa são pesquisadores do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar - Cepaf, da Epagri de Santa Catarina. Servidão Ferdinando Tusset, s/n. cx. postal 791, bairro São Cristóvão, CEP 89801-970, Capecó-SC.

Ricardo Abramovay é professor titular do Departamento de Economia da FEA e do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP. (abramov@usp.br)

Com base em duas pesquisas realizadas em Santa Catarina (Abramovay et al., 1998 e Silvestro et al., 2001) e numa pesquisa em andamento, este texto discute questões relacionadas às aspirações e expectativas de jovens filhos de agricultores quanto ao seu futuro profissional, às diferentes estratégias familiares adotadas, aos conflitos que surgem quando da individualização das trajetórias de realização profissional, bem como aos diferentes determinantes que interferem nesse processo, além da questão relacionada com o viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e parece responder, em grande parte, pela intensidade do êxodo das jovens agricultoras.

Na primeira pesquisa (Abramovay et al., 1998) tratou-se de um estudo de caso, com informações coletadas no ano de 1997, por meio de entrevistas realizadas com 55 famílias rurais de um município representativo da agricultura familiar. A segunda pesquisa (Silvestro et al., 2001) foi realizada no ano de 2000, com 116 famílias rurais, em dez municípios do Oeste de Santa Catarina. Para uma melhor compreensão das questões relacionadas à dinâmica interna das famílias e suas estratégias de reprodução social, nas duas pesquisas foram entrevistados, separadamente, em cada uma das famílias, os pais, um rapaz e uma moça, estes últimos com idade entre 15 e 30 anos.

Inicialmente discutem-se as aspirações futuras dos jovens filhos de agricultores, demonstrando os conflitos que surgem entre o desejo expresso em seus sentimentos e a realidade objetiva que limita as escolhas para seu futuro profissional. Nesse caso, observa-se o efeito da diferença de gênero, na medida em que as moças expressam um forte desejo de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte fundamental da organização social da unidade de produção familiar. A seguir, são tratadas as questões relacionadas ao processo de saída dos jovens do meio rural. Analisaram-se alguns determinantes que contribuem para a escolha da profissão, como a educação no meio rural, a diferenciação social, a influência familiar, a precariedade das condições da unidade produtiva, além do viés de gênero nas relações familiares e no processo sucessório.

Com o objetivo de melhor compreender as questões discutidas neste texto, optou-se por analisar as respostas dos jovens de acordo com a situação socioeconômica da unidade familiar, estratificando-se os estabelecimentos em três categorias de renda: capitalizados, em transição e descapitalizados.¹

As expectativas dos jovens rurais

A perspectiva de futuro para os rapazes filhos de agricultores não se resume a continuar exercendo a mesma profissão dos pais. Este padrão moral, constatado por Abramovay et al. (1998), parece não se reproduzir entre os filhos das gerações mais recentes. Embora 70% dos rapazes entrevistados na pesquisa tenham manifestado seu desejo de “continuar na agricultura como proprietário”, desempenhando as atividades que aprenderam com os pais, quando se analisa a resposta de jovens de diferentes faixas etárias (Tabela 1) observa-se que este desejo já não está presente com a mesma intensidade entre aqueles jovens nascidos a partir das últimas duas décadas do século passado.

A grande maioria dos jovens com idade entre 25 e 30 anos manifestou desejo em construir sua vida profissional na agricultura. Os resultados apontaram para uma forte associação entre sucessão hereditária e nível educacional. Os rapazes nessa faixa etária, em sua maioria, cursaram somente até a 4a. série do ensino fundamental. Enquanto os mais novos estão estudando - e possivelmente se preparando para deixar o meio rural – estes não vêem perspectivas promissoras fora da agricultura² e são os candidatos naturais à sucessão da propriedade

¹ Respectivamente, com renda superior a três salários mínimos por pessoa ocupada/mês; entre um e três salários mínimos por pessoa ocupada/mês; e menor que 1 salário mínimo por pessoa ocupada/mês.

² Considerando o seu grau de instrução, 72% dos rapazes acham que têm as melhores oportunidades “no meio rural e na agricultura” e apenas 13% “na cidade, em atividades da indústria, de serviços e do comércio”.

dos pais.³ Sua vida já está organizada em torno do estabelecimento familiar, as relações sociais estão construídas levando em consideração sua condição de agricultor. Além disso, sua preferência em permanecer na agricultura parece se apoiar na percepção realista de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura. Trata-se aqui de um exemplo de privação de capacidade (Sen, 2000), que determina uma limitação às possibilidades de escolha. As respostas variam também segundo as classes de renda das famílias rurais. O desejo de permanecer na agricultura “como proprietário” cai conforme declina a categoria de renda considerada. Ao contrário, a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno.

Tabela 1. Futuro profissional “desejado” pelos rapazes (em %)

Respostas	Faixa etária			Total
	13 a 18	19 a 24	25 a 30	
Permanecer na agricultura como proprietário	55	72	85	70
Permanecer na agricultura com tempo parcial	3	0	7	3
Trabalhar e morar na cidade	33	19	4	19
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	6	2	0	3
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não agrícolas	3	7	0	4
Outras respostas	0	0	4	1
Total	100	100	100	100
Número de respostas	33	43	27	103

Fonte: Pesquisa de campo.

³ É comum o filho mais velho assumir o trabalho no estabelecimento agrícola. Conforme já identificaram Silvestro et al. (2001), diferentemente do padrão verificado até o final dos anos 1960, ficam preferencialmente na propriedade paterna, como sucessores, os filhos mais velhos.

Para os rapazes com idade entre 13 e 18 anos, ainda cursando o ensino médio e fundamental, a perspectiva de permanecerem na agricultura vem sendo substituída por novas possibilidades. Para esses jovens, “filho de agricultor” não será necessariamente agricultor, não se sentindo no compromisso de assumir o modo de vida dos pais. Enquanto 55% deles desejam ser agricultores no futuro, outros 33% desejam trabalhar e morar na cidade. Para eles, a agricultura é vista como uma escolha entre outras possibilidades, inclusive a migração ou a inserção em outros setores da economia no meio urbano.

Os rapazes, quando questionados sobre o seu futuro como agricultor, 62% dos filhos de agricultores capitalizados mas apenas 22% entre os descapitalizados, disseram que “gostam de ser agricultor e é certo que serão agricultor”. Por outro lado, entre os filhos de agricultores capitalizados 14% “preferem ter outra profissão e/ou não desejam ser agricultor”, ao passo que entre os descapitalizados 37% assim se manifestaram (Silvestro et al., 2001). Estas respostas mostram claramente uma forte associação entre pobreza e futuro profissional. Também aqui, as diferenças aparecem de acordo com a idade dos rapazes: 48% dos jovens entre 25 e 30 anos mas apenas 26% entre 13 e 18 anos disseram que “gostam de ser agricultor e é certo que serão agricultor”. Por outro lado, enquanto entre os primeiros nenhum disse que “não deseja ser agricultor”, entre os últimos 27% não desejam ser agricultores e outros 18% preferem ter outra profissão.

Ainda com relação aos jovens filhos de agricultores, estes têm demonstrado pouco interesse quanto ao momento da transferência de controle da propriedade, pois cerca de metade dos rapazes ainda não pensou no assunto. Mas, 76% dos filhos vivendo em unidades capitalizadas já têm uma opinião a respeito, o que parece confirmar o interesse dos jovens de maior renda pela continuidade na profissão paterna. É bem verdade que nestas propriedades existe uma participação no trabalho mais constante dos jovens, determinada pela natureza das atividades, constituídas principalmente pela produção de suínos, aves e leite. Para o funcionamento deste conjunto

de atividades é preciso, em geral, a contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família.

O desinteresse das moças

As filhas de agricultores familiares demonstram um interesse pela agricultura muito aquém daquele observado com relação aos rapazes. Apenas 33% delas desejam “permanecer na agricultura como proprietária”, ao passo que 42% desejam “trabalhar e morar na cidade” (Tabela 2). Essa diferença se acentua ainda mais naquelas famílias de agricultores mais pobres: apenas 28% das moças que vivem em unidades descapitalizadas têm o desejo de serem agricultoras, enquanto 50% gostariam de “trabalhar e morar na cidade”.⁴

Tabela 2. Futuro profissional “desejado” pelas moças (em %)

Respostas	Faixa etária			Total
	13 a 18	19 a 24	25 a 30	
Permanecer na agricultura como proprietário	25	38	53	33
Permanecer na agricultura com tempo parcial	7	3	7	6
Trabalhar e morar na cidade	53	29	33	42
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	9	18	0	11
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não agrícolas	4	12	7	7
Outras respostas	2	0	0	1
Total	100	100	100	100
Número de respostas	53	34	15	102

Fonte: Pesquisa de campo.

⁴ Consultar o trabalho de Silvestro et al. (2001). Esses autores verificaram também que entre as moças pertencentes a unidades de produção familiares mais pobres, há uma distância maior entre o desejo delas em permanecer na agricultura e a probabilidade deste de fato vir a ser o seu destino.

O padrão anterior, em que às moças cabia reproduzir o papel de suas mães dentro da unidade familiar de produção (Abramovay et al., 1998), parece estar esgotado. Dentre as moças com idade entre 13 e 18 anos, apenas 25% manifestaram seu desejo de seguir a profissão de agricultora e, por outro lado, 53% gostariam de trabalhar e morar na cidade. O desejo de permanecer na agricultura aparece mais fortemente somente na faixa de idade superior aos 25 anos. Para estas moças, a possibilidade de buscar outras alternativas de vida parece mais remota, mesmo porque dentre as entrevistadas nessa faixa de idade, nenhuma delas descartou a agricultura para sua realização profissional; ao contrário, 40% delas afirmaram com absoluta certeza que permanecerão como agricultoras no futuro.

No grupo de jovens, com idade entre 13 e 18 anos, a certeza quanto à sua realização profissional futura na agricultura cai para 14%. Muitas delas (22%) ainda não pensaram sobre o seu futuro, mas a maioria (41%) garante que não pretende seguir a mesma profissão dos pais. Essas afirmações e o “desejo” demonstrado pelas moças (Tabela 2) permitem identificar uma importante mudança comportamental entre duas gerações com dez anos de diferença. As jovens adolescentes vislumbram outras possibilidades de vida além daquelas vividas por suas mães.⁵

Entre as moças, à rejeição majoritária da profissão agrícola corresponde maior esperança de inserção urbana. Com base em seu grau de instrução, 54% delas acham que têm as “melhores oportunidades no meio rural e na agricultura” e 26% “na cidade, em atividades fora do setor agrícola”. Há uma sensível desigualdade entre gêneros quanto a esta aspiração, sendo visível a preferência das moças por atividades

⁵ O trabalho de Moreira; Rover (2003) com 226 estudantes de escolas rurais do município de Chapecó, Santa Catarina, identificou que apenas 21% dos adolescentes com idade entre 10 e 14 anos e 28% com idade entre 15 e 19 anos pretendem seguir a profissão de agricultor. A pretensão de sair do meio rural e trabalhar em outra profissão é maior entre as jovens (89%) do que entre os jovens (72%).

não agrícolas. A migração, como estratégia de vida, passa a fazer parte do cotidiano das jovens rurais de Santa Catarina.

Alguns outros indicadores reforçam o afastamento das moças no que diz respeito aos negócios agrícolas da unidade de produção familiar. Há uma clara demonstração de que não existe no seio da família uma discussão prévia e organizada das questões que envolvem o processo sucessório, quando 53% das moças ainda nem pensaram a respeito de qual seria o melhor momento para fazer a transferência do controle da propriedade para o sucessor, evidenciando pouco interesse no tema.

Em relação ao funcionamento da propriedade, somente 7% dos rapazes entrevistados (nenhum dentre os capitalizados) “não costumam fazer propostas novas” para os pais, ao passo que 28% das moças assim se manifestaram, chegando a 42% dentre aquelas de famílias mais pobres. A sua não-participação nas discussões sobre o futuro da propriedade, mais uma vez, revela a pouca atração que, em geral, as moças têm pelo trabalho na agricultura.

A respeito da participação dos jovens nas decisões da propriedade e nas discussões sobre as questões ligadas ao gerenciamento, 68% dos rapazes (85% entre os capitalizados) e 46% das moças (61% entre os capitalizados) afirmaram que ela vem aumentando nos últimos anos. Ao que tudo indica, especialmente nas propriedades de agricultores capitalizados, os jovens vêm conquistando maior espaço de participação. A maior perspectiva de permanência destes na propriedade paterna, a intensificação do sistema de produção e uma certa divisão do trabalho podem estar “obrigando” os pais a criarem esse espaço de participação para os filhos, sob pena de colocarem em risco, em virtude da sua saída, a própria continuidade da unidade de produção. Por outro lado, com relação à não-participação nas decisões da propriedade, apenas 6% dos rapazes, porém 16% das moças (reafirmando mais uma vez o afastamento delas das atividades agrícolas e do meio rural), disseram que não participam de nenhum tipo de decisão que é tomada no interior da unidade de produção.

Ainda uma última questão merece ser abordada: o desinteresse das moças pela agricultura, devido à penosidade da atividade. Talvez esta última razão explique a preferência de algumas moças entrevistadas se casarem com rapazes de fora do meio rural. Díaz Méndez (1998) também constatou que as jovens rurais da Espanha procuram realizar o matrimônio com rapazes de fora do meio rural como “uma ponte para a cidade”, estratégia incentivada pelas próprias mães.

Quando solicitadas para indicarem quais os dois problemas que mais dificultam elas se tornarem agricultoras, a resposta com maior frequência (30% das moças) foi que “o trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo”.⁶ O afastamento das operações de trabalho ligadas à atividade agrícola é confirmado por 60% das moças que afirmaram concentrar suas atividades “nos trabalhos domésticos e só esporadicamente na lavoura e criações” (Silvestro et al., 2001). Ao ser excluída do processo produtivo, também é subtraída à jovem a possibilidade de participação social, isolando-a no recesso privado do lar (Panzutti, 1996). Caso a vida no campo não envolvesse uma carga de trabalho tão pesada, seria possível que o horizonte das jovens fosse diferente, pois somente 28% delas não se importam em executar as mesmas atividades que os homens, enquanto 43% gostariam de trabalhar ou em atividades diferentes daquelas praticadas pelos homens ou em atividades não agrícolas. Se no passado o trabalho era visto como uma virtude étnica dos agricultores familiares, “o trabalho adoçava a vida”, atualmente há uma reavaliação desta percepção, principalmente com relação às moças, agora “o trabalho estraga o corpo” (Renk, 2000).

Essas constatações, na verdade, compõem a questão mais intrigante: por que razão as moças deixam o campo numa proporção maior que os rapazes? Dois caminhos a princípio podem ser seguidos na busca da resposta.

⁶ Na primeira pesquisa (Abramovay et al., 1998), dentre 16 moças entrevistadas, dez apontaram as condições em que ocorre o trabalho agrícola como um dos dois obstáculos mais importantes à sua realização profissional na agricultura.

Primeiro, as oportunidades no mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio e na indústria, oferecem às moças perspectivas novas e diferentes do papel tradicional de mãe e esposa, condição corroborada pelo seu melhor nível educacional. Pesquisas realizadas no Oeste de Santa Catarina confirmam a observação de Arnalte (1997): “está havendo um distanciamento por parte das mulheres do setor agrícola e isso parece estar mais acentuado nas mais jovens e com um maior nível de formação”.

Em segundo lugar, a própria dinâmica interna das unidades familiares de produção, fortemente enraizada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuidade na atividade agrícola e de sucessão são mais favoráveis aos rapazes – determinando um viés de gênero na sucessão da propriedade - e o próprio papel subalterno que é reservado às moças nestas famílias de agricultores, com inexpressiva participação na organização produtiva e nos processos decisórios. Conforme observou Paulilo (2003: 4) “se for necessário excluir alguém, [e geralmente é] as mulheres são as primeiras a serem escolhidas”. De certa forma, os próprios pais estimulam as filhas a procurarem sua realização profissional no meio urbano, dadas as reduzidas chances de se estabelecerem como agricultoras.⁷

Em suma, pode-se dizer que existe uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes com idade entre 19 e 30 anos – mesmo aqueles vivendo em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar - e uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional para a maioria das moças. Os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora e isso é bem mais nítido entre rapazes do que entre moças. O preocupante é que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em

⁷ Ver Abramovay et al. (1998); Silvestro et al. (2001) e Mello et al. (2003). Consultar também Paulilo (2003); Tavares dos Santos (1978).

torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro.

Quem sai?

Cada vez mais os jovens vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres (Hervieu, 1993; Cepal, 1995). A pesquisa de Camarano e Abramovay (1998) mostra a crescente masculinização da população rural brasileira, fruto do predomínio feminino no processo migratório rural-urbano. Os autores identificaram uma mudança no perfil do fluxo migratório rural: nos anos 1950 o ponto máximo da migração ocorria no grupo etário de 30 a 39 anos; já nos anos 1990 predomina a saída de rapazes de 20 a 24 anos e de moças de 15 a 19 anos, havendo uma tendência recente de acréscimo do fluxo de jovens com idade inferior a 20 anos. O resultado é uma progressão da razão de sexos nos grupos de idade de 15 a 29 anos, sobretudo naqueles entre 15 e 19 anos.

Essa migração predominantemente jovem e feminina tem levado gradualmente ao predomínio masculino entre os jovens rurais e tem contribuído para o “envelhecimento” da população que permanece no campo. Tanto é assim que, no Estado de Santa Catarina, a razão de masculinidade da população rural que era de 1,062 em 1970 passa para 1,087 em 2000 (Ferrari, 2003). A saída acentuada dos jovens que não encontram, no meio rural ou na região, oportunidades produtivas que satisfaçam suas aspirações profissionais significa para essas comunidades perder não só habitantes, mas também a energia, a capacidade de trabalho e a criatividade de suas populações.

O trabalho de Ferrari (2003) mostrou que nos anos 1990 houve uma forte tendência de redução das ocupações rurais em Santa Catarina, com um predomínio da saída de jovens do meio rural, buscando oportunidades de trabalho nas cidades. O autor aponta a baixa remuneração da agricultura e a falta de terra, enquanto forças de expulsão, como fatores de esvaziamento do meio rural. Certamente, outras razões, que não de ordem econômica, também

levam os jovens a migrar: resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos (Woortmann, 1988); dependência do “pai-patrão”, serviço de “escravo” e posição de subalternidade do colono (Renk e Cabral Jr., 2000); o desejo de estudar; seguir outra carreira profissional. Ainda, Ferrari (2003) estimou que somente na década dos anos 1990 aproximadamente 75 mil jovens abandonaram a agricultura e o meio rural da região.

No ano de 2000, no Oeste catarinense, o número de rapazes na faixa de idade entre 15 e 24 anos já era superior em 16,7% ao número de moças, sendo que a masculinização da população rural aumentou expressivamente entre os jovens de 15 a 19 anos em relação ao ano de 1991.⁸ Por outro lado, o índice de envelhecimento da população rural da região que era de 4,03 em 1991 atinge 6,22 em 2000. A população com idade entre 0 e 29 anos, que em 1991 era de 63,4%, no ano de 2000 passa a representar 53,5% do total (Ferrari, 2003).

O envelhecimento e a masculinização da população rural acabam por expressar o seu próprio declínio. Este declínio populacional se acentua uma vez que 29% dos estabelecimentos familiares da região ou não têm sucessores ou apenas um (a) filho (a) mora com os pais, ameaçando a continuidade destes no processo produtivo.⁹ Por outro lado, significa que os filhos (as) dos agricultores buscaram fora da agricultura e do meio rural – em muitos casos, fora da própria região – oportunidades de trabalho que atendessem a suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural ou social.

Pesquisas mais recentes (Abramovay et al., 1998 e Silvestro et al., 2001) também apontam a existência de uma forte migração juvenil,

⁸ Para o ano de 2000, a proporção da população rural masculina supera numericamente a feminina em 9,4% para o oeste do Estado. No ano de 1991, o predomínio da masculinidade rural era de 8,9%.

⁹ Estas informações têm por base uma pesquisa realizada pela Epagri e pelo Instituto Cepa em 18 municípios do Oeste catarinense, abrangendo 15.293 estabelecimentos agropecuários. Ver Silvestro et al. (2001).

sobretudo feminina. Constatou-se que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. Numa amostra com 116 famílias de agricultores, identificamos 176 jovens que haviam deixado a propriedade paterna, dos quais 103 eram moças e 73 rapazes. Além disso, enquanto 39% das moças saíram com idade entre 16 e 18 anos, entre os rapazes somente 19% o fizeram nesta mesma faixa de idade.

Podem ser apontados pelo menos dois fatores básicos que afetam as aspirações profissionais dos jovens agricultores do Oeste catarinense. Primeiro, a formação educacional, já que há fortes indícios de que ficam na propriedade paterna os jovens com menor nível educacional, condição essa que, por si só, reduz sobremaneira as possibilidades de inserção deles no mercado de trabalho urbano. O contraste é nítido: dos jovens que saíram da propriedade paterna para instalar novas unidades produtivas no meio rural, 69% tinham somente até a 4a. série do ensino fundamental, condição educacional presente para apenas 36% daqueles que seguiram para as cidades.

Em segundo lugar, a renda gerada na unidade de produção familiar. Em nossas pesquisas, constatamos que de 95 jovens que saíram do estabelecimento familiar para trabalhar no meio urbano, oito eram oriundos de unidades capitalizadas, 34 das em transição e 53 das descapitalizadas. A relação entre o tipo do estabelecimento familiar e o número de jovens que saíram permitiu identificar que saiu em média 0,4 jovem por estabelecimento capitalizado; 0,7 jovem por estabelecimento em transição e 1,1 jovem por estabelecimento mais pobre. Para as famílias de menor renda – em geral com pouca terra e de baixa qualidade¹⁰ – são precárias as perspectivas de reprodução com base em atividades agrícolas, sendo a migração para cidades em busca de trabalho uma alternativa mais promissora, em que

¹⁰ A terra a ser herdada é de má qualidade. Esta é a opinião de 70% dos filhos de agricultores mais pobres e de apenas 15% dos filhos de agricultores de melhor renda.

pese seus riscos e dificuldades. A própria influência familiar para os filhos seguirem na profissão de agricultor é maior entre as famílias de agricultores de renda mais elevada.

Alguns determinantes da escolha profissional

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, ainda mais considerando-se a imensa heterogeneidade da agricultura familiar. Nesse item, embora não se desconheça a influência de fatores externos ao estabelecimento familiar, a ênfase da análise será nas dinâmicas sociais internas às famílias e que afetam o interesse dos jovens pelo exercício da profissão agrícola.

A questão educacional e seus limites

A educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em vários estudos da América Latina (Durstun, 1996) é que fica no campo o filho que menos estudou. Segundo Silvestro et al. (2001), a geração com maiores possibilidades de assumir, no futuro, a direção das unidades familiares de produção - os filhos que permanecem na propriedade paterna e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a assertiva segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.

Uma análise das informações acerca do grau de escolaridade dos filhos de agricultores, apresentadas na Tabela 3, mostra um quadro preocupante quanto à situação educacional dos jovens agricultores familiares da região Oeste de Santa Catarina.¹¹ Dentre um total de 1.840 filhos de agricultores com mais de 30 anos e que ainda moram no estabelecimento paterno, 61% estudaram apenas até a 4a. série do

¹¹ Estes dados referem-se a 19 municípios da região Oeste de Santa Catarina, onde foram realizados Censos Rurais Municipais nos anos de 1998 e 1999 e que congregam 22 mil unidades familiares (Epagri/Icepa, 1998).

ensino fundamental.¹² Nesse grupo está também a maior proporção de analfabetos (4%). Dentre 1.660 jovens entre 25 e 29 anos, 51% estudaram apenas até a 4a. série.¹³ É justamente nesses dois grupos de filhos de agricultores (isso é o mais preocupante) que estão os jovens com maiores possibilidades de herdar a propriedade paterna e continuar na profissão de agricultor.

Como argumenta Renk (2000), esse grupo de jovens agricultores foi socializado para ser colono. Na palavra dos próprios agricultores, “só sabem fazer isso” (trabalhar na roça) ou na expressão de um jovem agricultor “a gente foi no rastro do pai”. Se no passado as vítimas eram aqueles que deveriam partir, parece que hoje são as que devem permanecer.

O exercício da atividade agrícola no passado não estava associado à necessidade de estudar. Claro que isto estava ligado à perspectiva profissional dos jovens, que na sua esmagadora maioria era a de permanecer no meio rural. Assim, o conhecimento adquirido formalmente na escola até a 4ª série do ensino fundamental, somado ao herdado da família no desempenho cotidiano das atividades da propriedade, formava o padrão de conhecimento considerado suficiente para o exercício da atividade agrícola. Nesse sentido, Krauskopf (2001) argumenta que os recursos tradicionais dos adultos eram válidos para os jovens; o passado dos avós era o futuro dos

¹² Era uma prática comum entre os agricultores da região Oeste de Santa Catarina que os filhos que decididamente permaneceriam na agricultura estudassem até a 4ª série do ensino fundamental, quando então passavam a se dedicar exclusivamente às atividades na propriedade. Além de considerar que este nível de escolaridade era suficiente para se dedicar à atividade agrícola, eram enormes as dificuldades para avançar nos estudos uma vez que nas comunidades rurais não havia esta possibilidade.

¹³ Essa situação também foi encontrada na região colonial da Serra do Rio Grande do Sul, onde, embora tenha ocorrido um aumento do grau de escolaridade dos filhos dos agricultores, são raros os sucessores dos pais no estabelecimento familiar que ultrapassam o curso primário, atualmente 1º ciclo do ensino fundamental (Carneiro, 1999).

netos. No entanto, hoje se pode afirmar que os pais sentem que seu próprio passado é inadequado para orientar o futuro dos filhos.

Tabela 3. Escolaridade dos filhos de agricultores familiares - em valores absolutos

Idade	Total	Não alfabetizados	Até a 4a série	5a. à 8a. série	Ensino médio	Ensino superior
7 a 12 anos	6.900	39	4.768	2.093	0	0
13 aos 18 anos	7.164	55	1.162	4.133	1.789	25
19 aos 24 anos	3.330	41	1.184	1.039	903	163
25 aos 29 anos	1.660	28	843	467	259	63
Mais de 30 anos	1.840	80	1.115	429	167	49
Total	20.894	243	9.072	8.161	3.118	300

Fonte dos dados: Censos Rurais Municipais. Elaboração dos autores.

Contudo, esse padrão educacional vem sofrendo alterações. O acesso à educação para os jovens do meio rural hoje se apresenta como uma realidade concreta, sendo que nos grupos com faixa de idade mais baixa o nível de escolarização vem aumentando fortemente. Dentre os jovens de 19 a 24 anos, morando com os pais, 36% tiveram oportunidade de estudar apenas até a 4a. série. Já, entre os jovens com 13 a 18 anos a proporção dos que possuem apenas até a 4a. série cai para 16%. Estudar até a 4a. série do ensino fundamental, na última década do século passado, deixou de ser uma prática socialmente dominante. Por mais que o padrão anterior não seja mais predominante, ele deixa uma pesada herança para os atuais processos sucessórios no interior da agricultura familiar, representada pelo baixo grau de instrução desses jovens que em sua maioria serão sucessores.

Estudar parece não ter o mesmo grau de importância para rapazes e moças. A análise dos dados referentes aos 19 municípios apresentados

na Tabela 3, separando os jovens por sexo, permitiu identificar que as moças estudam bem mais que os rapazes. Analisando-se apenas jovens com idade superior a 12 anos (idade em que já deveriam ter completado a 4a. série do ensino fundamental), vê-se que 34% dos rapazes e 25% das moças têm este nível de estudo. Por outro lado, têm ou estão cursando o ensino médio 19% dos rapazes e 27% das moças; com nível superior, apenas 1,5% dos rapazes, mas 3,1% das moças.¹⁴ Uma possível explicação para esta diferença no nível de escolaridade pode estar na falta de interesse das moças em permanecer no meio rural, buscando no ensino o passaporte para a cidade.

O destino dos jovens que deixaram a propriedade paterna corrobora a associação entre permanência na atividade agrícola e baixo nível educacional. Há um forte contraste entre o nível de escolaridade dos que permanecem na agricultura, quando comparado à situação dos que foram para a cidade. Dos jovens que migraram para o meio urbano somente 36% têm a 4a. série, proporção que sobe a 69% para os que saíram da propriedade paterna para instalar-se no próprio espaço rural, na absoluta maioria das vezes na condição de agricultores. Com nível entre a 5a. e 8a. série estão 31% dos que permanecem no meio rural e 45% dos que foram para a cidade. Enquanto 16% dos jovens que foram para o meio urbano têm o ensino médio, nenhum dos que saíram da propriedade paterna para se instalar como agricultor possui nível educacional superior à 8a. série do ensino fundamental.

Somente quando se avalia o nível de escolaridade dos jovens que deixaram a propriedade paterna em direção à cidade nota-se a associação entre nível de renda das famílias e grau de formação educacional dos filhos. Comparando segundo os diferentes destinos, o grau de escolaridade entre os jovens que foram para as cidades cresce conforme a renda familiar (enquanto entre os capitalizados 27% tinham até a 4a.

¹⁴ Confirmando o maior interesse das moças pelo estudo, dentre as jovens entrevistadas, 56% delas têm ou estão cursando o ensino fundamental (somente 22% entre os rapazes).

série, entre os descapitalizados eram 46%), o que não se observa entre aqueles que permaneceram no meio rural e na agricultura.

Ao se analisar o nível de escolaridade dos 72 filhos de agricultores que deixaram a propriedade paterna e que permaneceram no meio rural, pode-se identificar que não há diferença no nível educacional dos jovens egressos das famílias mais pobres em relação aos que vêm de famílias mais abastadas, indicando que a opção por enviar os filhos à escola associava-se diretamente ao horizonte de deixar a atividade agrícola. Portanto, a expectativa de retorno econômico da educação passa a ser relevante quando se trata da migração para as cidades e quase inexistente para os jovens que permanecem na condição de agricultores.

A própria visão dos jovens a respeito das necessidades educacionais para o desempenho da profissão agrícola varia conforme sua condição econômica. Assim, se por um lado nenhum filho de agricultor capitalizado considera possível um bom exercício profissional apenas com a 4a. série do ensino fundamental, por outro lado 25% dos filhos de agricultores descapitalizados associam a agricultura ao baixo nível educacional. Entretanto, os dados mostram que já existe uma clara consciência, por parte das novas gerações, da importância da educação formal para o exercício da profissão de agricultor. No entanto, o ensino médio – nível de escolaridade considerado necessário por 44% dos jovens para o exercício da atividade agrícola – está ainda mais distante do mundo rural. Na absoluta maioria dos casos, está localizado na sede do município, que, pela distância e pelo custo do transporte ou alojamento, restringe o acesso a muitos jovens.

Apesar dos progressos alcançados na educação nas últimas décadas, permanecem ainda graves problemas na área rural, tanto no que diz respeito à abrangência quanto à qualidade da educação. Conforme argumenta Krauskopf (2001): “a homogeneidade dos planos educacionais, que desconhecem a diversidade, estimula cada vez mais a discriminação de oportunidades, conduzindo o processo

educacional em um círculo vicioso onde se excluem, sobretudo, os mais pobres e a juventude rural”. Nesse sentido, também foi a avaliação feita pelo MDA/CNDRS (2002), argumentando que no Brasil “a escola rural foi sendo sedimentada sem que se levasse em conta: a população a quem se destinava, seu contexto socioeconômico e ambiental, suas particulares relações sociais, produtivas e culturais, ou mesmo as próprias necessidades sócio-profissionais dos rurais”. O resultado é que a educação prepara o jovem para migrar, pois valoriza apenas o crescimento urbano-industrial e associa o rural ao atraso, isto é, a uma sociabilidade que estaria em extinção.

O modelo educacional e o conteúdo repassado aos jovens rurais podem ser analisados sob a noção de “violência simbólica”, utilizada por Bourdieu (1970). O autor diz que esse é um mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “naturais” as representações ou as idéias sociais dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade. Bourdieu considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de ensino e de avaliação, relações pedagógicas, práticas lingüísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares, como é o caso dos adolescentes e jovens filhos de agricultores.

Assim, em relação ao ensino fundamental, a nucleação das escolas, promovida nos últimos anos, embora tenha proporcionado uma melhor qualidade do ensino, é considerada, pelos próprios agricultores, uma das causas do afastamento dos jovens do meio rural. Numa pesquisa em andamento, onde foram reunidos mais de 300 agricultores (homens e mulheres), nos grupos de discussão foram ouvidos relatos de profundo significado, expressos em frases como “o fechamento das escolas do interior acabou com a vida da comunidade”; “a escola forma empregados e não agricultores” e “o ensino afasta os mais novos da roça”. As formas de sociabilidade no mundo urbano nem sempre se encaixam com os valores trazidos

da sociedade tradicional rural, causando transformações cruciais no relacionamento pais-filhos.

Nesse contexto, cresce a desvinculação com o meio rural e, com ela, aumenta também a possibilidade da migração definitiva do campo para a cidade. Um esforço para reduzir o impacto desse modelo educacional passa pela adequação dos conteúdos à realidade do mundo rural e às especificidades de cada região, sem contudo comprometer uma formação universal adequada às oportunidades de vida tanto do meio urbano quanto do rural.

A revitalização das comunidades rurais, o fortalecimento e a renovação da agricultura familiar não só passam por um conjunto de políticas voltadas para incentivar a produção e a inserção dos agricultores no mercado, mas requerem, também, uma nova política de educação rural, que seja adequada às necessidades e à realidade dos diferentes territórios e que, ao mesmo tempo, se alie a alternativas pedagógicas que permitam recuperar o imenso atraso escolar dos jovens que serão os futuros sucessores, para que os mesmos possam estar minimamente preparados para o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas que estão surgindo no meio rural.

Influência familiar e diferenciação social

A influência familiar nas decisões profissionais dos filhos nas gerações anteriores, até o final dos anos 1960, revestia-se frequentemente de considerável conotação moral. Existia, por um lado, uma base objetiva que fazia da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações; por outro, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna estavam também na raiz dessa fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações dos seus membros. No contexto do trabalho acoplado à noção de liberdade e à excelência da condição camponesa, Renk (2000) afirma que eram avaliados negativamente aqueles que deveriam migrar para outros

ofícios, pela impossibilidade de permanecerem na colônia. Havia um “olhar de piedade”, pela sujeição que representava o trabalho assalariado, “ir ao mando dos outros”. Significava, no passado, um rebaixamento social. Atualmente, a autora considera que há uma reavaliação do assalariamento, considerado pelos agricultores como uma condição privilegiada: trabalhar na sombra; ter segurança (rendimento mensal); ter férias anuais e folga semanal.

As transformações mais recentes no mundo rural, com a ampliação dos horizontes para inserção profissional, num quadro de crise da agricultura, modificam esta estratégia de reprodução social que estava baseada, fundamentalmente, no acesso à terra e na valorização da profissão de agricultor. Isto já foi percebido em nossa pesquisa, onde a influência dos pais nas decisões ocupacionais dos filhos no futuro não se reveste da mesma lógica dominante no passado, havendo uma maior flexibilidade e apoio à decisão dos próprios filhos.

Essa influência que se modifica no tempo parece variar também de acordo com os diferentes níveis de renda das famílias de agricultores. Assim, quando aos pais foi perguntado se estimulavam seus filhos (as) a serem agricultores (as), entre as famílias de agricultores capitalizados, 52% responderam que “estimulam todos os filhos a serem agricultores”, ao passo que, entre os descapitalizados, 31% assim se manifestaram. Por outro lado, 33% dos agricultores capitalizados e 47% dos descapitalizados “não influenciam os filhos nem a favor nem contra”. Entre essas famílias de renda mais baixa, 16% responderam que “desestimulam seus filhos a serem agricultores”.

Quando perguntados sobre as razões que os levam a influir num sentido ou noutro, as respostas dos pais novamente variaram segundo os níveis de renda: assim, para os agricultores capitalizados, a proximidade da família e a rejeição ao assalariamento são fatores importantes para o desejo de que os filhos prossigam na profissão paterna. Para os descapitalizados, a rejeição ao assalariamento é irrisória: é que, na verdade, a reprodução da família já depende

fundamentalmente do trabalho assalariado e sua “pobreza agrícola” mostra poucas perspectivas de que a exploração da unidade produtiva seja uma fonte essencial de renda. É interessante observar que a obrigação de ficar com os pais é francamente minoritária, confirmando que o padrão sucessório anterior, em que o filho designado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade (Abramovay et al., 1998), foi claramente ultrapassado.

Isso não significa, porém, que as relações familiares percam importância nas decisões sobre o futuro. Colocados diante da questão “em que condições você aceitaria ser agricultor fora da região Oeste de Santa Catarina”, metade dos rapazes entrevistados disse que não sairia da região onde mora hoje. Mas há uma nítida diferença social nas respostas: para os filhos de agricultores capitalizados é mais visível o horizonte de se estabelecerem em outra região do país. Assim, 33% deles afirmaram que não sairiam do Oeste catarinense e 43% o fariam, desde que obtivessem crédito fundiário e de instalação. Entre os descapitalizados, 57% não aceitariam sair da região e apenas 19% conseguem encarar a perspectiva de mudança com base em crédito fundiário e de instalação. Para aqueles que vão se habituando a gerir um negócio com certa prosperidade, a idéia de expandir suas atividades e mesmo de se instalar em região mais distante é bem mais verossímil que para os rapazes cujo cotidiano é marcado pela imensa dificuldade de reproduzir a unidade produtiva e garantir a manutenção da família.

A exclusão feminina do processo sucessório

A intensidade do êxodo juvenil feminino não se dá apenas por uma suposta atração especialmente favorável que o mercado urbano de trabalho seria capaz de exercer sobre as moças; ela é também a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família e das perspectivas que as moças têm de assumir a propriedade paterna. As responsabilidades, o planejamento, a participação, a apresentação social na identidade de agricultora são vedados às jovens: “o desempenho da mulher na produção familiar não é

reconhecido socialmente porque o espaço público continua sendo domínio masculino” (Panzutti, 1996: 9).

O processo sucessório e, de certa forma, toda a organização da dinâmica de funcionamento da unidade familiar são enviesados contra a mulher. Isso não é novo e consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo. Só que, anteriormente – nos moldes que dominaram a reprodução da agricultura familiar até o final dos anos 1960 –, os códigos éticos e morais, tão bem descritos por Woortmann (1994), estimulavam a mulher a permanecer como um elo fundamental da cadeia reprodutiva. Atualmente, há um relaxamento nas normas que vinculam a menina ao núcleo familiar. De certa forma, os pais incentivam a partida das filhas em direção à casa de conhecidos, na qualidade de domésticas, por exemplo. Antes, elas só saíam para a casa do marido, em geral, um agricultor. Nesse sentido, o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. Se a partilha do poder paterno com o possível ou provável sucessor homem já é complicada, o tema nem é colocado quando se trata da mulher. Mesmo que haja preocupação em não prejudicá-la sob o ângulo patrimonial, o fato é que, na organização da propriedade, o papel das moças ainda é subalterno. Mesmo naquelas propriedades onde o trabalho feminino ainda tem importância significativa, é nítido o contraste entre a contribuição decisiva das moças e sua completa distância das tarefas que envolvem responsabilidades nas tomadas de decisão quanto ao funcionamento e ao destino do estabelecimento.

Na opinião de 62% dos pais entrevistados, as moças têm as mesmas chances sucessórias que os rapazes;¹⁵ apenas 13% disseram que a filha não será sucessora. Aqui aparece um contraste significativo entre a opinião dos pais e a das próprias moças a este respeito:

¹⁵ Esta afirmativa dos pais deve ser relativizada, pois é muito mais uma resposta idealizada do que uma possibilidade concreta de realização.

apenas 46% delas dizem ter as mesmas chances que os rapazes e 38% responderam que “não serão sucessoras” (Tabela 4). Deve-se considerar, contudo, que o percentual de moças que diz ter a mesma chance que os rapazes na sucessão da propriedade pode refletir muito mais seu sentimento de que deveria haver igualdade na partilha dos bens, uma vez que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, do que uma possibilidade concreta de realização. Nesse sentido, Paulilo (2000) observou que o alijamento das mulheres por ocasião da partilha da propriedade é uma questão muito delicada. Tudo que se consegue, diz a autora, é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos.

Tabela 4. Opinião dos pais e das filhas quanto à possibilidade de elas serem as sucessoras (em %)

Respostas	Total		Capitalizados		Descapitalizados	
	pais	filhas	pais	filhas	pais	filhas
Quando existe terra para todos filhos	14	10	8	11	23	10
Tem as mesmas chances que os homens	62	46	85	67	49	41
Não será sucessora	13	38	0	17	19	47
Depende do relacionamento do gen-ro com os pais	7	2	7	0	7	2
Há preferência pelas filhas	1	2	0	0	0	0
Prefere os filhos	3	-	0	-	2	-
Quando há conflito entre os pais e os filhos	-	2	-	5	-	0
Total	100	100	100	100	100	100
Número de respostas	99	108	13	20	43	45

Fonte: Pesquisa de campo.

É nítida a preferência familiar pelos filhos (rapazes) na escolha do sucessor. Numa pesquisa desenvolvida pelo Deser (1992), 65%

dos pais preferem que seus filhos homens morem no campo; esta proporção cai para 48% quando se trata das filhas. Nas pesquisas realizadas no Oeste de Santa Catarina (Abramovay et al., 1998; Silvestro et al., 2001; Mello et al., 2003), não encontramos nenhum caso em que a moça tenha sido escolhida sucessora ou então dirigisse, de fato, a propriedade paterna. Portanto, como também foi constatado por Tavares dos Santos (1978), Panzutti (1996) e Renk (2000), em geral as filhas não herdam a terra, recebem sua parte da herança na forma de ajuda para estudar ou, quando casam, um dote em dinheiro, animais ou equipamentos.

Um indicativo do menor interesse das moças pela gestão da propriedade, e que pode estar relacionado ao seu alijamento da sucessão, é a resposta referente à pergunta “onde aplicaria primeiro os recursos disponíveis”. Enquanto 49% dos rapazes disseram que aplicariam primeiro na agricultura, 51% das moças disseram que aplicariam no “estudo e na poupança”, caracterizando que o investimento no ensino formal é visto como uma alternativa para sair da agricultura e do meio rural.

A masculinização da população rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento. O papel das moças no interior da família rural não parece diferente daquele vivido pelas gerações anteriores. As perspectivas que se oferecem para as moças, no papel de esposa e mãe, estão muito aquém da aspiração de vida que outro ambiente social pode proporcionar. Assim, com muita propriedade, Abramovay et al. (1998) afirmaram que o funcionamento atual da agricultura familiar se apresenta como um dos principais fatores de expulsão das mulheres do meio rural.

Buscando seu próprio dinheiro

A obtenção independente de dinheiro, por parte dos jovens, para suprir suas próprias necessidades, já deixou de ser um fenômeno raro. A Tabela 5 mostra que 20% das moças e 34% dos rapazes desenvolvem alguma atividade de cunho individual com o objetivo

de obter seu próprio dinheiro. Esse comportamento se acentua entre aquelas unidades familiares mais pobres, onde 53% dos rapazes desenvolvem atividades agrícolas ou não agrícolas dentro ou fora do estabelecimento familiar, inclusive submetendo-se a situações de assalariamento temporário em outras unidades produtivas vizinhas ou próximas de seu local de residência.

A busca de renda em trabalhos não agrícolas fora do estabelecimento familiar é mais intensa entre as moças. Mesmo assim, pela pequena oferta de emprego em atividades não agrícolas no meio rural ou mesmo na sede do município onde residem, observa-se que a maioria das moças (80%) não consegue obter recursos próprios. A pobreza da maioria dos estabelecimentos e a dificuldade que as moças enfrentam para obter recursos monetários, ao menos para atender às suas necessidades pessoais, podem ser um dos motivos que faz com que migrem para a cidade em busca de trabalho e renda.

Tabela 5. Questão dirigida às moças e rapazes: Você desenvolve ati-vidades individuais para obter seu próprio dinheiro (em %)

Respostas	Total		Capitalizados		Descapita-lizados	
	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças
Faz plantio ou criação na propriedade	9	1	14	0	11	2
Trabalho agrícola fora da propriedade	18	6	14	5	29	10
Trabalho não agrícola fora da propriedade	7	13	10	6	13	12
Não desenvolve atividade individual	66	80	62	89	47	76
Total	100	100	100	100	100	100
Número de respostas	109	103	21	18	45	45

Fonte: Pesquisa de campo.

O dinheiro para utilização própria destina-se, em sua maior parte, para atividades de lazer e aquisição de bens de uso pessoal (71% dos rapazes e 64% das moças). O trabalho como forma de captação de recursos para aquisição de sua propriedade no futuro aparece mais no horizonte dos rapazes (14%) que no das moças (8%), assim como naquelas unidades mais capitalizadas. Com relação ao investimento em sua formação profissional – principalmente em educação formal – existe uma diferença significativa e importante no comportamento dos jovens: enquanto apenas 5% dos rapazes disseram que “buscam recursos próprios para aplicar no estudo”, 20% das moças deram esta resposta, o que reforça o interesse destas em buscar caminhos alternativos para sua formação profissional.

É importante lembrar que a organização financeira da unidade familiar está articulada em torno da figura do pai, que, de acordo com a disponibilidade de dinheiro, procura atender às necessidades individuais dos componentes da família. Um pai assim se manifestou:

... Você dá condições de preparar teus filhos, depois eles escolhem. Tá certo que o guri [rapaz] geralmente vai querer ficar. Se ele tiver como ganhar, é muito mais fácil assim. Mais ainda se tiver um carro, pra ele sair, passear. Se você não tiver nada pra oferecer também pô (...) um dinheirinho pra ir numa festa, é claro que ele vai querer sair. Você não vai ficar, um miserável, na roça. Então, se você der condições, de ter um troco no bolso, uma vez ou duas vezes num mês, dá o carro pra ele ir numa festa, ele vai ficar, porque lazer tem na comunidade.

Assim, para obter dinheiro, os jovens precisam pedir aos pais ou então estes tomam a iniciativa de dar dinheiro a seu critério. Nessa pesquisa constatou-se que 28% dos rapazes e 35% das moças precisam pedir dinheiro aos pais. No caso das moças, 40% delas disseram que esse fato as “incomoda e gostariam de ter seu próprio dinheiro”. Como observaram Renk e Cabral Jr. (2000), mesmo com baixa remuneração, o “assalariamento é interpretado mais favorável que a situação de dependência e subordinação dos filhos em relação ao paipatrão na agricultura”. Em conversas informais, alguns jovens

citaram que a falta de dinheiro próprio para suas necessidades pessoais seria um dos motivos para buscar trabalho no meio urbano, almejando uma maior independência financeira.

Pobreza e estreitamento das relações socioprofissionais

Nossa pesquisa também tratou das relações dos jovens com alguns agentes externos¹⁶ à propriedade, especificamente aqueles que têm inter-relações e estão vinculados com uma perspectiva de continuidade na profissão de agricultor. Verificou-se que a inserção desses jovens nesse ambiente socioprofissional é ainda muito pequena, especialmente as moças e notadamente aqueles pertencentes a famílias de agricultores mais pobres.

A participação em grupos de jovens da Igreja Católica constitui a mais importante forma de socialização dos rapazes e das moças do Oeste de Santa Catarina e, nesse espaço social, praticamente não há diferenças de participação, tanto em relação aos níveis de renda quanto à questão de gênero. A maioria destes grupos constituídos não é permanente, os encontros são esporádicos, com o objetivo de discutir questões religiosas e relativas ao lazer e não aquelas relacionadas ao seu futuro profissional.

Apenas 33% dos rapazes e 12% das moças declararam possuir a nota de produtor rural, situação que se agrava entre aqueles jovens de famílias descapitalizadas. Esta proporção é muito baixa e indica o desconhecimento sobre a importância da obtenção desse documento, uma vez que o bloco de notas do produtor rural corresponde a uma espécie de pagamento previdenciário sem qualquer ônus para a família, sendo sua posse necessária para comprovar sua condição de agricultor e ter acesso ao benefício da aposentadoria.

¹⁶ Associado de cooperativa agropecuária; sindicato dos trabalhadores rurais; associação de agricultores; instituições financeiras; grupo de jovem da igreja; grupo de jovem de cooperativas agropecuárias; grupo de jovem de clubes 4S.

Contudo, o que mais chama atenção é que, dos jovens de famílias descapitalizadas, nada menos que 46% dos rapazes e 58% das moças não têm qualquer relação com os agentes externos anteriormente considerados, nem mesmo com grupos de jovens da Igreja, ao passo que, entre os filhos de agricultores capitalizados, esse índice cai para apenas 9% entre os rapazes e 19% entre as moças. Constatou-se, ainda, por ocasião das entrevistas com os pais, que essa condição de isolamento se estende ao conjunto da família, demonstrando que a pobreza está associada à restrição no universo social de vida desses agricultores mais pobres.

Outro indicador da relação entre jovens e agentes externos é a participação em cursos e treinamentos relacionados à agricultura, pois quanto maior o isolamento, menor é a chance de participarem destes eventos. Mais da metade dos jovens pobres não participou de qualquer atividade de capacitação, nem mesmo em palestras de meio período, situação oposta àquela dos capitalizados. Essa situação parece ser em decorrência do isolamento econômico (exclusão das principais atividades produtivas da região) e da própria impossibilidade ou decisão de não seguir a profissão dos pais.

As estratégias não agrícolas

As possibilidades de desenvolvimento de estratégias de reprodução social por parte das famílias de agricultores do Oeste de Santa Catarina parecem estreitar-se cada vez mais. Por um lado, impõem-se os rigorosos limites do bloqueio fundiário e das barreiras de acesso ao mercado impostas pelo modelo agroindustrial dominante na região. Por outro, aqueles jovens dispostos a prosseguirem no ofício de seus pais não encontram apoio necessário e políticas adequadas à sua permanência no espaço rural.

Num contexto onde os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passam a fazer parte das estratégias de

vida dos jovens filhos de agricultores familiares. Estes vêm nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho. Aliado aos condicionantes econômicos e sociais externos ao estabelecimento familiar, não obstante a pluriatividade estar intimamente ligada à dinâmica interna de funcionamento da família, está aberta a porta para a individualização dos projetos de vida dos jovens rurais. Assim, rompe-se a coesão anterior entre a unidade de produção e de reprodução, trazendo significativas transformações nas relações internas da família. Como observou Schneider (1999: 349), “cada unidade familiar reage de modo distinto a esse conjunto de fatores e as próprias estratégias adotadas podem variar ao longo do tempo e de acordo com as circunstâncias a serem enfrentadas”.

Na região estudada, “morar na propriedade e trabalhar fora” é uma estratégia presente em 23% dos estabelecimentos familiares, independentemente do nível de renda das famílias rurais, demonstrando que a procura por trabalho em outras atividades fora da unidade de produção não está exclusivamente vinculada à condição de pobreza. Dos entrevistados, 19% das moças e 25% dos rapazes desenvolvem trabalhos, agrícolas e não agrícolas, fora da propriedade onde residem. Assim, esta situação expressa uma condição em que os jovens buscam uma renda complementar para seus gastos pessoais e para a unidade de produção. O assalariamento ou o trabalho autônomo de uma pessoa da família está presente em 14% das unidades familiares rurais.

Muitas vezes por não encontrarem oportunidades em trabalhos não-agrícolas, os rapazes, em especial, acabam fazendo trabalhos em outros estabelecimentos agrícolas da própria comunidade em que vivem. No entanto, muitos outros jovens filhos de agricultores buscam oportunidades de trabalho e renda migrando em direção às cidades, ou então continuam morando na propriedade paterna e se deslocam diariamente até os centros urbanos próximos para trabalhar nas indústrias locais. A propriedade para esses jovens continua a ser extremamente importante, é o seu “porto seguro”.

Aliás, na maioria dos casos, os jovens se submetem a condições de baixa remuneração, justamente por manterem, ainda, uma relação de dependência com o estabelecimento paterno, já que é comum, em suas visitas periódicas, retornarem da casa dos pais com alimentos que os ajudarão em suas despesas mensais.

Neste aspecto, normalmente, os trabalhos desempenhados por esses jovens não exigem grandes qualificações profissionais e nem um alto nível de escolaridade. O menor nível de escolaridade das pessoas que vivem no meio rural representa um limite na disputa pelo mercado de trabalho no setor industrial e de serviços, pelo menos naquelas ocupações de maior qualificação e, por conseguinte, maior remuneração. Por outro lado, o que se observa é que muitos empregadores urbanos preferem os jovens filhos de colonos, por apresentarem um *habitus* de trabalho e um capital incorporado da campesinidade (auto-exploração) que os acompanha em sua trajetória, além do espaço rural. Esta é uma das razões que fazem com que algumas indústrias locais (agroindústrias; indústrias de calçados e confecções) coloquem, à disposição dos jovens, transporte que passa pelas comunidades rurais levando-os diariamente até o local de trabalho, na sede do município onde residem.

Os jovens rurais conseguem encontrar trabalho em ocupações como as de garçom; de operário de agroindústrias, de confecções, de calçados, da construção civil; de empregadas domésticas e de balconistas no comércio. Como enfatizou Dirven (2000), tais ocupações representam mais uma condição de “refúgio” do que propriamente uma mudança na trajetória profissional que realmente signifique ascensão econômica. Para as moças, o trabalho pode significar sair da reclusão do mundo doméstico, buscando uma atividade profissional que lhes defina uma identidade própria e também uma janela para a condição de estudante, com o objetivo de construir sua vida fora da agricultura e do meio rural.

Consideremos, entretanto, que a inserção no mercado de trabalho urbano representa uma ampliação das escolhas para os jovens

rurais do Oeste de Santa Catarina, principalmente se atentarmos para o fato de que, ao longo dos últimos vinte anos, o setor primário vem mostrando uma reduzida capacidade de abertura de novas ocupações e postos de trabalho. Uma política pública de fortalecimento e renovação da agricultura familiar certamente desencadeará efeitos favoráveis na diversificação das economias locais, propiciando ao jovem oportunidade para realizar seu projeto pessoal na proximidade de seus familiares.

Parece ser apropriado aprofundar estudos no sentido de compreender as diferentes estratégias adotadas pelos componentes do núcleo familiar rural, do ponto de vista das relações sociais e do trabalho. A complexidade dos processos exige compreender como se forma, entre os jovens, o projeto de saída e como isto é percebido e negociado na família.

Considerações finais

Os jovens rurais já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo. Isto é mais evidente entre os adolescentes de 13 a 18 anos, principalmente entre as moças que, em sua maioria, têm aspirações de construir seu futuro profissional fora da agricultura, o que na maioria dos casos significa sair do meio rural. Os filhos de agricultores na faixa de idade acima dos 25 anos são os candidatos naturais à sucessão no estabelecimento do pai. Estes encontram em seu baixo nível de escolaridade os limites para o pleno exercício de atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. É fundamental uma política educacional rural, que resgate o atraso escolar desses jovens, preparando-os e formando uma nova geração de agricultores capazes de enfrentar os futuros desafios da agricultura familiar.

O ofício de agricultor, ao contrário da maioria das outras profissões, é obtido no seio da unidade doméstica e das relações sociais. Assim, um rapaz ou uma moça com 18 a 20 anos de idade já domina a profissão que foi aprendida desde a mais tenra idade. Desta forma, a agricultura familiar entrega este “capital” para a sociedade sem

receber qualquer contrapartida. Assim como o poder público investe na capacitação e na formação dos jovens urbanos, há a necessidade de construir uma política pública para os jovens rurais que desejam permanecer na agricultura, levando em conta sua heterogeneidade e suas expectativas. Seguir uma profissão diferente da dos pais não deve estar condicionado a deixar o convívio do lar. Para tal, é urgente construir no espaço rural as condições mínimas de cidadania, como educação, saúde, moradia e lazer. Além disso, as atividades econômicas dos outros setores da economia, especialmente atrativas para as moças, não devem permanecer restritas ao espaço urbano, criando-se oportunidades para os jovens rurais desenvolverem outras atividades além daquelas estritamente agrícolas, contribuindo assim para a dinamização social e econômica do espaço rural.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R.; Silvestro, M. L.; Cortina, N.; Baldissera, I. T., Ferrari, D. L.; Testa, V. M. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições Unesco, 1998, 2. ed.
- Arnalte Alegre, E. Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación. In: Gómez Benito, C. e González Rodríguez, J. J. (eds). Agricultura y sociedad en la España contemporánea. Madrid: Cis/Mapa, 1997, p. 501-531.
- Bourdieu, P. La reproduction. Paris: Ed. de Minuit, 1970.
- Camarano, A. A.; Abramovay, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.
- Carneiro, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F. C.; Santos, R.; Costa, L. F. C. (orgs.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- Cepal. Desarrollo rural sin jóvenes? Santiago do Chile, 1995. 23 p. (impresso).
- Deser. Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Curitiba: Deser/Ijuí: Unijuí/Francisco Beltrão: Assesoar, 1992. 1 (mimeo).
- Díaz Méndez, C. Modelos de inserción sociolaboral de las jóvenes rurales. Universidad de Oviedo, Papers 54, 1998, p. 113-128.
- Dirven, M. Empleo rural, grupos etarios e género. In: Ornas, Ocupações rurais não-agrícolas. Oficina de atualização temática. Londrina: Iapar, 2000, p. 55-65.

- Durston, J. (org). Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina. Santiago, Chile: Cepal, 1996.
- Epagri/Icepa. Levantamentos agropecuários municipais. Florianópolis, 1998. (não publicado).
- Ferrari, D. L. Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina, 2003. Dissertação apresentada na Unicamp, Campinas, SP.
- Hervieu, B. Les champs du futur. Paris: François Bouvin, 1993.
- Krauskopf, D. Los nuevos desafíos de la educación em el desarrollo juvenil. In: Solum, D. (comp.) Adolescencia y juventud em América Latina. Costa Rica: Lur Edic., 2001.
- MDA/CNDRS. Plano nacional de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF, 4/12/2002, 3a. versão (disponível em www.cndrs.org.br, acessada em 17/12/2002).
- Mello, M. A.; Abramovay, R.; Silvestro, M. L.; Dorigon, C.; Ferrari, D. L.; Testa, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura em São Paulo, SP, 50 (1): 11-24, 2003.
- Moreira, M. L. C.; Rover, O. J. Fatores condicionantes da permanência do jovem agricultor de Chapecó/SC no espaço rural. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. Anais... Sober: Juiz de Fora, 2003 (cd-rom).
- Panzutti, N. da P. M. Mulher rural: eminência oculta. Informações Econômicas, SP, 26 (3): 9-23, março 1996.
- Paulilo, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: Paulilo, M. I. S.; Schmidt, W. (org) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p. 183-211.
- Renk, A. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Editora Grifos, 2000.
- Renk, A.; Cabral Jr, V. A. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste catarinense. In: Encontro Anual da Anpocs, 24. Anais... Caxambu, MG, 2000.
- Schneider, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese apresentada à UFRGS, 1999.
- Sen, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Silvestro, M. L.; Abramovay, R.; Mello, M. A.; Dorigon, C; Baldissera, I. T. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- Tavares dos santos, J. V. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.
- Woortmann, E. F. Herdeiros parentes e compadres. Brasília: Hucitec/UNB, 1994.
- Woortmann, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1988.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 237-271. ISSN 1413-0580.

Resumo. Este texto discute as aspirações dos jovens rurais vivendo em unidades de produção familiares em Santa Catarina. É possível perceber uma mudança no comportamento dos jovens em relação às alternativas que se vislumbram para construir sua trajetória profissional e a busca por caminhos diferentes daqueles vividos por seus pais. A pesquisa mostra que ficam no meio rural os jovens com menor nível de escolaridade, deixando uma pesada herança para a formação de uma nova geração de agricultores. Discute-se ainda o processo de migração e alguns determinantes da escolha da profissão dos jovens rurais.

Palavras-chave: jovens rurais; gênero; escolha profissional.

Abstract. (*Dilemmas and strategies of the young in rural areas: leave or stay*). This paper discusses aspirations of the rural youth who live in family farming communities in Santa Catarina, Brazil. A change can be observed in young people's behavior in relation to their professional careers and the search for different alternatives to those adopted by their parents. The research showed that the youth who stay in the rural environment are those who have lower levels of schooling, which represents a serious obstacle to the formation of a new generation of farmers. The girls are no longer willing to simply reproduce the role of wife and mother, a formerly dominant pattern in the Brazilian rural society. Migration patterns are also discussed and the determinants of the professional choices of the rural youth, particularly those related to the dynamic of the familiar unit.

Key words: rural youth; gender; professional choice.